


PIB deve crescer só 1% em 99

Governo reduz a previsão de crescimento para o próximo ano

Atraso na revisão do Orçamento gera irritação entre os parlamentares

 Governo trabalha com a perspectiva de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1% em 1999 e não mais de 4%, de acordo com projeção feita em agosto, quando foi elaborada a primeira proposta de Orçamento-Geral da União para o próximo ano. Ao prever este aumento, o Governo quer contrapor as previsões de recessão de cerca de 1,5%, nos casos menos pessimistas. A primeira proposta orçamentária ignorou os efeitos negativos da crise mundial.

O Ministério do Planejam-

to informou ontem ao Congresso que a revisão do Orçamento não deverá ficar pronta no dia 3, conforme havia sido sinalizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças. A nova data - que, na prática, é a terceira - é entre os dias 3 e 6. Essa prorrogação do prazo de entrega da nova peça orçamentária aos congressistas irritou os deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento.

O Governo tem justificado esse atraso pela falta das novas estimativas de receita de tributos federais, a cargo da Receita Federal. O percentual de crescimento do PIB considerado para a elaboração do Orçamento e a projeção de inflação são os dois principais fatores que determinam o total das receitas de impostos e contribuições federais.

De acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, cada ponto de porcentagem a menos em 1999 repercute sob a forma de queda nas receitas na proporção de R\$ 1,3 bilhão. Nesse caso, a redução da taxa de crescimento real do PIB, de 4% para 1%, poderá significar um encolhimento de R\$ 3,9

bilhões nas receitas.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, disse que a redução das receitas em decorrência da mudança dos cenários para a economia em 1999 implicará em mais cortes no Orçamento, além dos R\$ 9 bilhões contingenciados pela Medida Provisória que adotou as primeiras medidas de ajuste fiscal, no início de setembro. Segundo Tavares, como o superávit primário fixado na MP foi de, no mínimo, R\$ 8,7 bilhões, e as receitas diminuíram, será necessário cortar mais para elevar o superávit primário.

O programa trienal de ajuste fiscal que o Brasil está negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que, em 1999, o setor público como um todo terá de gerar uma economia de 2,6% do PIB. Para cumprir essa meta - que engloba a União, estados, municípios e estatais -, o Governo Federal terá de aumentar o superávit primário para além dos R\$ 8,7 bilhões (0,87% do PIB) definidos em MP. É essa adequação do Orçamento ao programa de ajuste fiscal que está sendo feita pelo Ministério do Planejamento.